

## PREFÁCIO

Falar de desenvolvimento local é falar da nossa terra, das nossas gentes, do que temos de bom e de menos bom e, sobretudo, de como podemos influenciar o curso dos acontecimentos através da nossa participação ativa, em torno de propostas concretas, de políticas que potenciem e promovam os territórios e que se reflitam na qualidade de vida dos seus habitantes.

Têm sido estas as principais e grandes ideias que têm tido lugar no debate em torno do desenvolvimento local.

Todas as comunidades territoriais são detentoras de um conjunto de recursos económicos, humanos, institucionais e culturais que contribuem para a formação do potencial de desenvolvimento endógeno.

São estes recursos, existentes a nível local, que se vão traduzir numa estrutura produtiva específica, num mercado de trabalho específico, numa capacidade empresarial empreendedora, numa dotação de recursos naturais, numa estrutura social e política. A sua combinação poderá constituir a base para a emergência do processo de crescimento económico e a melhoria dos níveis de vida da população.

Mas o desenvolvimento local tem de ser encarado sem rodeios ou preconceitos. Se para muitos é algo efémero, para outros é a grande esperança. Não nos iludamos.

É verdade que o desenvolvimento local, por si só, não evita o envelhecimento populacional nem consegue travar o êxodo dos mais novos em direção a outros territórios geradores de emprego e detentores de melhores condições de vida, dado que ambos fazem parte de decisões políticas que são exclusivo do governo do país.

Mas também não é menos verdade que as políticas locais levadas a cabo em muitos territórios têm-se revelado como medidas que podem conduzir à mudança de vida, ao desencadear interesse onde antes havia desmotivação e a despoletar novas oportunidades em torno de aspetos que outrora foram abandonados e que agora começam a ser procurados.

Assim, o desenvolvimento local é, antes de tudo, uma opção política.

Num contexto de crise, que assola este território há mais de cinquenta anos e que foi sendo agravado desde 2008, há que considerar que as medidas a tomar ao nível local passam, necessariamente, pela identificação das potencialidades e dos constrangimentos locais. Por outro lado, a procura de consensos entre atores é tarefa primordial para a elaboração, concretização e êxito das políticas locais.

Há, pois, todo o interesse em eliminar as oposições entre diferentes interesses, nacionalidades e lógicas de desenvolvimento local para que seja possível procurar um acordo em torno de um projeto comum.

Esta procura impõe-se através de um processo de desenvolvimento local, na medida em que a contituidade pura é a grande responsável pela diminuição da eficácia da ação.

Ao apelar à participação das próprias comunidades locais nos processos de desenvolvimento, a dimensão local do desenvolvimento contribui para que essa participação se torne numa condição primordial e única para que se verifique a diminuição ou a resolução dos problemas que atingem a comunidade.

Ora, as comunidades locais são definidas como sendo comunidades que são detentoras de formas particulares de um conjunto de relações sociais, económicas, políticas, culturais e simbólicas, fundadas na variedade e na complexidade de redes sociais, que ultrapassam as relações familiares e de vizinhança. Para além de serem depositárias destas características, poderão, ainda, ser detentoras de diversas e diferentes comunidades de interesses que, por sua vez, poderão possuir no seu interior elementos provenientes de outras comunidades locais.

Do ponto de vista meramente operativo, a aldeia de Penedos não é exceção ao que atrás ficou mencionado. Inserida num contexto socioeconómico que tem tardado em atingir maiores níveis de desenvolvimento, o Alentejo é hoje um território deprimido mas não é um território condenado ao fracasso. E é desse estado de depressão que poderão surgir novas oportunidades de investimento, de criação de emprego e que, em certa medida, poderão travar o êxodo das populações e revitalizar o território.

Essas oportunidades poderão surgir através da recuperação dos bens raros - que fogem à estandardização e à massificação da procura - que constituem nichos de produtos de qualidade dirigidos a mercados restritos mas exigentes.

Graças aos recursos existentes, aos apoios comunitários e aos projetos inovadores em áreas tão diversificadas como a agricultura, o turismo ou as indústrias ecológicas, é possível iniciar novos rumos que contribuam para a inversão do ciclo de estagnação em que estes territórios se encontram.

Por outro lado, o turismo massificado vai dando lugar a um turismo de menor escala, mas globalizado, onde aspetos como a natureza, a aventura, a gastronomia, a enologia, a cultura e o património material e imaterial vão ganhando cada vez mais o estatuto de parceiros privilegiados. Assim, são estes alguns dos recursos que cada local pode utilizar para minimizar os impactos negativos da crise e revitalizar os seus tecidos sociais e económicos.

Foram estas preocupações, aliadas ao desejo de contribuir para a dinamização da aldeia onde cresceu, que em devida altura aceitei orientar a tese de doutoramento de Orlando Pereira, materializada neste livro.

O que está então em questão com este estudo? Basicamente dois aspetos: o primeiro assentou na preocupação do autor em aprofundar a investigação sobre as causas que levaram ao atual estado em que se vive no Alentejo e, em particular, em Penedos. A situação de abandono a que este território chegou resulta da ausência de políticas de

planeamento e de desenvolvimento para o país, que se traduziram em grandes e graves consequências para as populações do interior.

O segundo aspeto, que na minha opinião é o que apresenta maior inteligibilidade em matéria de reflexão, incidiu na identificação de um conjunto de desafios estratégicos que foram colocados aos atores da aldeia de Penedos e/ou a atores que interagem com aquele território, de modo a reunir consensos quanto a ações que poderão conduzir a um modelo de desenvolvido alternativo e participativo.

O modelo que o autor utilizou para desenvolver a sua investigação assenta no princípio que a identidade leva à participação e à tomada de decisões.

A emergência de uma nova consciência identitária, que podemos datar das últimas duas décadas do século XX, tem vindo a ser articulada com um sentimento de pertença a uma coletividade: qualquer cidadão pode (e deve) reivindicar o direito de pertença a uma comunidade. Desta forma, o sentimento de pertença pode ser traduzido por um conjunto de direitos, deveres e garantias, ou seja, materializa-se num conjunto de diferenças que são reconhecidas por aqueles que pertencem a uma comunidade, em relação aos outros que lhe são estranhos. E é com base nesse reconhecimento que a pertença faz a gestão da formação de exigências democráticas em termos de direitos dos membros da comunidade.

Ora, esta consciência de pertença a uma comunidade não é contrária à mera limitação do poder, tornando-se complementar na sua forma, na medida em que os indivíduos e as coletividades possuem autonomia de gestão para além de deterem personalidade coletiva.

Deste modo, a identidade consistiria num processo de construção do significado, baseado num atributo cultural ou num conjunto de atributos culturais que se mostram interrelacionados e que vão prevalecer de forma duradoura sobre outros conjuntos de significados, podendo o indivíduo ou o ator coletivo assumir identidades múltiplas. Graças à existência dessa característica múltipla de identidades verifica-se a emergência de situações de tensão e conflito que envolvem os aspetos relacionados com a sua auto representação no que concerne aos processos de ação social. Em contrapartida, as identidades constituem-se em fonte de significados para os próprios atores sociais, sendo eles os próprios construtores dessas identidades a partir de processos de individualização.

Por outro lado, os vários atores, ao formarem comunidades de interesses, procuram satisfazer um conjunto de necessidades: em primeiro lugar, as suas próprias necessidades; em segundo, as necessidades da comunidade local em que se encontram. Paralelamente a esta procura, os atores desenvolvem processos de mobilização das camadas da população para uma participação direta e ativa cujos objetivos se centram na tentativa de alcançar a satisfação das suas necessidades, através de projetos coletivos tendentes para o desenvolvimento da sua comunidade.

Essas comunidades de interesses são constituídas por grupos de pessoas - os atores sociais (individuais ou coletivos) - que partilham espaços de vivências, de coexistências, de preocupações e de intencionalidades comuns, capazes de os mover para determinados objetivos. Assumindo um cariz autónomo e voluntário, a participação dos atores sociais assume contornos de concretização a partir do momento em que estes se envolvem na resolução dos seus próprios problemas e na concretização de objetivos comuns, que só serão alcançados através da formação e da consolidação das comunidades de interesses.

Para que decorra em pleno, o processo de participação poderá pressupor a existência de um conjunto de processos de informação e de formação para a participação em que os líderes naturais e a população em geral constituem os seus destinatários. Também a animação das comunidades de interesses se mostra crucial para o seu êxito.

A participação pode ainda assumir aspetos organizativos e expressivos de interesses que se apresentam contrários à iniciativa que tem usualmente origem no Poder.

A crise e as soluções para a sua superação vão despoletar uma exigência ao nível da procura em torno de novas formas de mobilização das suas capacidades de ação.

Normalmente, as retomas económicas tardam em aparecer e, quando surgem, já não apresentam as formas do desenvolvimento anterior. Há, pois, que enveredar pela procura de soluções para os graves problemas que afetam não só as zonas industriais em crise como as zonas rurais em declínio acelerado. Assim, torna-se necessário que o desenvolvimento de iniciativa local seja orientado para a invenção de novos mecanismos de regulação, uma vez que o sistema instituído não conseguiu produzir as soluções adequadas.

Deste processo de procura de soluções podem surgir, entre outros, os incentivos à criação de novas empresas, o estímulo à criação de projetos empresariais inovadores e a multiplicação de ações tendentes a revitalizar e a dinamizar os tecidos socioeconómicos locais.

Contudo, não se pode ignorar a existência de uma série de exigências com que a ação local se depara, que se manifesta na procura de novas formas de regulação social e que assenta sobre três eixos: (1) a *reconstituição*, ou seja, os indivíduos ou os grupos procuram as suas pertenças e reconhecem-se como pertencentes a uma comunidade e agem dentro de uma vivência local coletiva; (2) a *mobilização*, isto é, os indivíduos ou os grupos exprimem, de maneira diferente, as suas representações do desenvolvimento, assim como agem sobre as representações feitas pelos outros atores; (3) o *encontro*, que parte do pressuposto que os indivíduos ou os grupos existem num sistema de relações sociais e, como tal, desenvolvem redes de relações entre si, ao mesmo tempo que propõem estratégias de desenvolvimento.

Entre outros aspetos, assiste-se a alterações e readequações dos saberes e do saber-fazer, que assumem novos protagonistas e novos lugares perante os processos de assimilação das novas tecnologias. Está-se perante um conjunto de novas formas de re-

lação e de articulação entre o cultural e o económico, que se tornam visíveis aquando a constituição dos novos atores sociais. Estes novos atores sociais localizados vão exprimir uma nova identidade local e vão ser os protagonistas num processo de descoberta em torno das possibilidades de agir em novos domínios económicos e sociais, procurando dar resposta aos desafios que o desenvolvimento lhes impõe.

Mas, para se chegar a novas formas de identidade local há que ter em conta os aspetos que se prendem com a memória coletiva. Essa memória coletiva vai dotar de lógica a relação entre o passado, o presente e o futuro dessa coletividade, contribuindo, assim, para a construção das características profundas da identidade coletiva.

Com este trabalho, Orlando Pereira conseguiu confrontar empiricamente este conjunto de questões teóricas, procurando junto dos atores sociais de Penedos - e/ou com relações com Penedos - as suas posições perante um quadro de desafios estratégicos, obtendo resultados bastante interessantes que confirmam a vitalidade das populações na procura de soluções para os seus problemas.

Ao enveredar pelo recurso à prospetiva, por via da metodologia que sustenta a estratégia de atores, o estudo foi capaz de revelar não só as relações de força dos vários atores, percebendo-se a sua hierarquização em matéria de influências diretas e indiretas, mas também o grau de mobilização dos atores perante os objetivos estratégicos que lhes foram colocados, tornando possível vislumbrar quais os objetivos e os desafios estratégicos que os atores consideram como sendo os mais mobilizadores ou os objetivos mais conflituosos.

Os resultados encontrados e as reflexões que se faz quanto às possibilidades futuras desta comunidade produziram conhecimento sociológico e, simultaneamente, constituíram-se numa ferramenta para a concretização de projetos de desenvolvimento local articulados com uma estratégia mobilizadora, capaz de antecipar a ação futura. Haja ousadia para avançar.

António Pedro Sousa Marques

Professor na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora - Departamento de Sociologia, Investigador no CICS- Nova (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Polo de Évora)